

Reinício das obras depende do pacote fiscal

André Brant 6.12.94

Ricardo Mendes
Da equipe do Correio

O futuro do Metrô de Brasília depende da Câmara Legislativa.

O Governo do Distrito Federal (GDF) só retomará a obra no início de 1996 se os deputados aprovarem o pacote que prevê aumento de impostos e redução da folha de pagamento dos servidores públicos.

A informação foi dada ontem pelo secretário de Obras, Hermes Ricardo de Paula, que ainda negocia com o consórcio Brasmetrô o preço da conclusão do projeto.

Aprovado o pacote, diz Hermes, as obras reiniciarão até fevereiro. Para isso, o GDF depende de recursos do próprio orçamento, da União e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Hermes ressalta que o financiamento da União e do BNDES só virá caso o GDF também invista no projeto.

Pacote — “Sem a aprovação do pacote, a obra não recomeçará porque não teremos o superávit necessário para oferecer nossa contrapartida. Sem ela, a União e o BNDES não repassarão recursos”, antecipa.

O projeto de lei orçamentário do Distrito Federal — a ser votado esta semana pelos deputados — destina R\$ 24 milhões ao Metrô.

“Mas o investimento só irá se concretizar se tivermos receita, e isso depende da aprovação do pacote”, ressalva Hermes.

Uma emenda ao orçamento da União, apresentada pela bancada de Brasília no Congresso, prevê mais R\$ 54 milhões para o Metrô em 1996.

A bancada e o GDF estão otimistas quanto à aprovação da emenda porque o Metrô figura entre as obras inacabadas que deverão ser privilegiadas no orçamento da União.

Negociação — “O BNDES deverá entrar com pelo menos R\$ 30 milhões”, calcula Hermes, que espera encerrar este mês a negociação com o consórcio Brasmetrô. Ele tenta reduzir os mais de R\$ 400 milhões cobrados inicialmente para concluir a obra.

Obtidos os recursos, diz Hermes, o sistema de transporte estará em funcionamento antes do fim de 1996.

Nesse caso, o Metrô transportará passageiros entre Samambaia e a estação situada em frente ao Jardim Zoológico, passando pela Praça do Relógio, em Taguatinga.

Ônibus sairão de um ponto perto do Zôo para levar os passageiros até a Rodoviária de Brasília e outros locais. Em 1997, segundo Hermes, o Metrô atenderá a Ceilândia e Galeria dos Estados — desde que sejam liberados mais recursos.



Hermes: “Sem a aprovação do pacote, a obra não recomeçará em 1996”

A certeza do desemprego

O Metrô é a maior, mas não a única obra que o governo descartará em 1996, caso o pacote para o aumento de receita e diminuição de despesas seja rejeitado pela Câmara Legislativa.

Se for derrotado, o governo escolherá quais dos 400 projetos em andamento serão paralisados. Na avaliação do secretário de Obras, Hermes Ricardo de Paula, o saldo será de mais de três mil desempregados na construção civil.

O motivo do colapso será simples: falta de dinheiro. “Caberá ao governador Cristovam Buarque decidir, caso a caso, as obras que continuarão e as que vão parar”, diz.

Ele garante que a ameaça não é uma manobra para convencer os deputados a votarem a favor do governo. “Não queremos é partir para uma aventura com os empresários e prosseguir obras sem saber se teremos como pagar”, sustenta.

Lista — O secretário costuma levar no bolso — escrita a caneta no verso de um extrato bancário do

BRB — a relação dos principais projetos ameaçados. Não se sabe ainda quais resistirão aos cortes, se eles ocorrerem.

Na relação se destacam a estação de tratamento de esgotos de Samambaia (orçada em R\$ 6,5 milhões) e o sistema de coleta e tratamento de esgotos do bairro Areal, em Taguatinga (R\$ 3,8 milhões), e do Riacho Fundo (R\$ 906 mil).

Há também obras de drenagem pluvial e pavimentação em Samambaia (R\$ 11 milhões) e no setor QNO da Ceilândia (R\$ 6 milhões), além da reforma da Rodoviária de Brasília (R\$ 3,7 milhões).

A falta de dinheiro ameaçaria outra lista de obras — as que estão em fase de licitação. São pelo menos mais 300 projetos passíveis de serem cancelados em 1996.

Hermes assegura que a penúria financeira não atingirá os pagamentos previstos para este ano. Isso descartaria a possibilidade de haver paralisação de obras até o final do mês.